



Boletim Informativo nº. 04/2019

Cuiabá/MT, 30 de agosto de 2019.

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETO Nº 9.974, DE 16 DE AGOSTO DE 2019 – Convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei Estadual nº 842/2019: Autor do PL: Dep. Dr. Eugênio – Protocolo nº 6590/2019 – Processo nº 1550/2019: Institui a obrigatoriedade de alimentação especial para portadores de necessidades nutricionais – celíacos, intolerantes à lactose, diabéticos e outros –, cria o Programa denominado “ALIMENTAÇÃO INCLUSIVA”, para todos nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada e dá outras providências. Leia mais clicando [aqui](#).

Projeto de Lei Federal nº 2565/19: aumenta pela metade a pena aplicada a quem cometer abuso sexual contra vulnerável valendo-se de autoridade profissional ou religiosa. O objetivo da proposta, que altera o Código Penal, é punir com mais rigor, por exemplo, padres, pastores e técnicos esportivos envolvidos em casos de crime sexual. Leia mais clicando [aqui](#).

2. MP-MT EM AÇÃO

CUIABÁ

MP-MT e agentes da rede de proteção buscam alternativas para o combate à violência no ambiente escolar. Clique [aqui](#) e acesse a notícia na íntegra.

Promotoria da Infância e Juventude de Cuiabá reúne Rede de Proteção para discutir situação de crianças venezuelanas nas vias públicas. Leia mais clicando [aqui](#).

O Procurador de Justiça, titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e Adolescente de Mato Grosso, Dr. Paulo Prado ministrou no dia 22/08/19, em Cuiabá/MT, a palestra “Família, Escola e Ministério Público” na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), como parte da programação da “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla”. Leia mais clicando [aqui](#).

ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Palestra – Prevenção do Suicídio, Automutilação e Depressão nas Escolas

Para ter acesso ao material da palestra ministrada por Carlos Henrique de Aragão Neto, clique [aqui](#).

Para ter acesso ao “*Guía para la prevención de la conducta suicida dirigida a docentes*”, referido por Carlos Henrique de Aragão Neto em sua palestra, clique [aqui](#).

Palestra – Bullying, Cyberbullying e suas diversas manifestações

Para ter acesso ao material da palestra ministrada por Aloma Ribeiro Felizardo, clique [aqui](#).

Para acessar o vídeo “Pense antes de postar”, clique [aqui](#).



Carta Compromisso na Defesa da Educação

Participantes de Encontro Estadual reafirmam compromisso na defesa da Educação. Ao final do I Encontro Estadual de Educação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, realizado nesta quinta e sexta-feira (08 e 09), os participantes divulgaram uma carta, reafirmando o compromisso com a efetivação do direito fundamental à educação. ([Clique aqui](#))

Entre as prioridades estabelecidas, estão a realização de diagnóstico e ações preventivas contra o bullying, autódano e comportamentos suicidas nas escolas que apresentam os maiores índices de violência; desenvolvimento de projetos para envolvimento da comunidade estudantil; e fortalecimento e articulação da rede estadual de atendimento da criança e do adolescente, com atuação preventiva e resolutiva.

CÁCERES

“Projeto Luz” viabiliza equipamentos e brinquedos para sala de escuta especializada em nova delegacia. Articulação promovida pelo “Projeto Luz – Cáceres Protege suas Crianças e Adolescentes”, coordenada pela 3ª Promotoria de Justiça Cível da cidade, viabilizou a aquisição de equipamentos eletrônicos e brinquedos para a sala de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso, inaugurada nesta sexta-feira (09). As doações foram feitas por pessoas jurídicas e físicas. Para acessar a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

ALTO ARAGUAIA

Iniciou-se no dia 24/08/2019, em Alto Araguaia, as aulas do “Bombeiros do Futuro”, projeto voltado para meninos e meninas, crianças e adolescentes, na faixa etária dos 10 aos 15 anos de idade. Cinquenta alunos participam desta primeira edição do projeto no município, que é uma união de esforços entre Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Araguaia, Prefeitura Municipal, Poder Judiciário, Justiça do Trabalho e o Núcleo do Corpo de Bombeiros Militar na região. Clique [aqui](#) e leia mais.

BARRA DO GARÇAS

Projeto desenvolvido pelo MP-MT em Barra do Garças é destaque em Congresso do CNMP

A Promotora de Justiça auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, Hellen Ulian Kuriki explica que o convite para apresentação no evento foi feito após o Conselho Nacional do Ministério Público conhecer o projeto Meu Corpo, Minha Voz, Meu Direito desenvolvido pela Promotoria de Justiça de Barra do Garças. A qualidade da letra e melodia das canções que abordaram a temática sobre a violência contra a mulher, de autoria das duas estudantes, chamou a atenção dos organizadores do Prêmio CNMP 2019.

A 1ª Mostra Estudantil de Música, realizada em Barra do Garças, integrou a segunda edição do projeto “Meu corpo, minha voz, meu direito”. A iniciativa contou com a participação de estudantes de escolas públicas, particulares e também de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas no município. Para acessar a íntegra da matéria, clique [aqui](#).

Especial Maria da Penha 4 - MP-MT desenvolve projetos nas escolas para prevenir violência doméstica





COMODORO

Justiça acolhe representação do MP-MT e condena danceteria ao fechamento por sete dias e multa

O juiz da 1ª Vara da Comarca de Comodoro julgou procedente representação interposta pelo MP-MT e condenou um estabelecimento comercial da cidade ao fechamento por sete dias por não controlar a entrada de adolescentes, os quais poderiam consumir bebida alcoólica. O empresário proprietário do Club Social Dexter, ainda foi condenado ao pagamento de multa no valor de 5 salários mínimos, o correspondente a R\$ 4.990,00, a título de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. Leia mais clicando [aqui](#).

ARAPUTANGA

O projeto “Prevenção Começa na Escola” percorreu aproximadamente 400 Km, nesta segunda e terça-feira (26 e 27) para apresentação a cerca de três mil estudantes dos municípios de Indiavaí, Reserva do Cabaçal e Araputanga. O objetivo da iniciativa é sensibilizar crianças e adolescentes sobre questões relacionadas a violência, abuso sexual, bullying, racismo, entre outras práticas comuns no ambiente escolar. A atividade consiste em intervenções culturais nas escolas, voltadas para professores, pais e alunos. O projeto é uma iniciativa do MP/MT, por meio da Procuradoria Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente com o apoio das Promotorias de Justiça dos municípios envolvidos. Leia mais clicando [aqui](#).

CÁCERES

O MPMT promoveu nesta terça-feira (27), em Cáceres, reunião com os candidatos a conselheiros tutelares para esclarecer as dúvidas sobre a Resolução nº 26/2019, que estabelece as diretrizes que deverão ser observadas no processo eleitoral.

A promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello, que atua na defesa da Criança e do Adolescente, explica que a campanha eleitoral iniciará no domingo (01/09). “Na reunião esclarecemos os principais pontos da Resolução, principalmente no que se refere às vedações relacionadas à campanha eleitoral”, destacou a promotora de Justiça. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

3. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPCE e Seduc assinam Termo de Cooperação para prevenir violência contra crianças e adolescentes nas escolas

Com o intuito de estimular ações de prevenção à violência contra crianças e adolescentes nas escolas da rede estadual em Fortaleza, o Ministério Público do Ceará (MPCE) assinou, nesta segunda-feira (05/08), um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Educação do Ceará (Seduc). A principal finalidade do acordo é fortalecer o papel destas instituições de ensino como espaço de proteção ao implementar, em 2019, comissões de defesa às crianças e adolescentes em, no mínimo, 60 escolas. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

Em Rio Largo, MPAL promove Agosto Lilás e conscientiza população sobre combate à exploração sexual infanto-juvenil

O Agosto Lilás do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) chegou a Rio Largo, nesta sexta-feira (9). Por meio do projeto Direito Humanos em Pauta, centenas de pais, alunos e professores de escolas públicas foram conscientizados sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. No evento, realizado na Escola Municipal Judith Nascimento, que reuniu mais de 200 pessoas, também foram compartilhados outros tipos de conteúdos, como sinais de abuso sexual contra crianças e adolescentes, noções de cidadania, bullying e cyberbullying e mediação de conflitos. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

MPPR – Prefeitura de Antonina é condenada a oferecer vagas na educação infantil na rede pública para todas as crianças de quatro a cinco anos

O Município de Antonina, no Litoral do estado, deve garantir a matrícula na educação infantil de todas as crianças de quatro e cinco anos residentes na cidade – tanto as que aguardam em lista de espera quanto as que eventualmente manifestem interesse em uma vaga. A deliberação veio de sentença judicial em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).



MPAM – Nova “Sala do Anjo” vai ajudar no atendimento a crianças vítimas de abuso sexual, diz Promotor

O Poder Judiciário do Amazonas inaugurou, na manhã desta segunda-feira (29), a Sala de Depoimento Especial Anjo da Guarda 2, espaço destinado à escuta e coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes sexuais. O Ministério Público do Amazonas (MPAM) foi representado pelos Promotores de Justiça Geber Mafra e Simone Martins que atuam nas Promotorias de Combate a Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desembargador Yêdo Simões, descerrou a placa de inauguração na presença de autoridades do Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público do Trabalho (MPT). Para ler a matéria completa, clique [aqui](#).

MP-SP – Promotoria firma TAC para proteção de jovens com medidas socioeducativas em Jales

Por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude local, o Ministério Público firmou na última quarta-feira (7/8) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município de Jales visando à implantação de serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. A medida se destina a auxiliar e fiscalizar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Para ler mais, clique [aqui](#).

MP-AL – Ministérios Públicos Estadual e de Contas recomendam à Prefeitura de Maceió a priorização da criança e do adolescente nos orçamentos públicos

Visando garantir a aplicação de recursos públicos em projetos e políticas que priorizem a área da infância e da juventude, os Ministérios Públicos Estadual e de Contas (MPAL e MPC/AL) expediram a Recomendação Conjunta n. 02/2019, ao prefeito de Maceió, Rui Palmeira, para que, na elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o triênio 2022/2025, haja a previsão legal para que cada secretaria municipal tenha, pelo menos, uma iniciativa em benefício exclusivo de crianças e adolescentes. Para ler a matéria completa, clique [aqui](#).

4. NOTÍCIAS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF pode conceder Habeas Corpus coletivo em favor de adolescentes em casas de custódia superlotadas

Após precedente em favor de mães presas, STF pode conceder outros dois HCs coletivos.

Um deles é em favor de adolescentes em casas de custódia superlotadas, e o outro pode beneficiar presos da Lava Jato. ([Clique aqui](#)).

Por unanimidade, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) negou pedido do PSL para flexibilizar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e com isso permitir o recolhimento de menores de idade que perambulam pelas ruas e a internação de adolescentes em mais situações do que a lei hoje permite.

O relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou que os pedidos levariam à implantação de uma política higienista que amontoaria crianças em instituições mal estruturadas. Os outros nove magistrados que participaram da sessão acompanharam o relator. A ministra Cármen Lúcia não estava presente. ([Clique aqui](#)).

STJ: Pela violência dos crimes, substituição de prisão preventiva por domiciliar é negada a mãe de menor de 12 anos

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, negou pedido de substituição da prisão preventiva por domiciliar de uma mãe de menor de 12 anos acusada de duas tentativas de homicídio e um homicídio consumado qualificado, em razão da violência dos crimes praticados. ([Clique aqui](#)).

STJ: Inviabilidade de analisar excesso na execução impede concessão de habeas corpus a pai preso por dever alimentos

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas corpus a um homem que teve a prisão civil decretada por não pagar a pensão alimentícia, ratificando o entendimento de que, nesse tipo de ação, é inviável a análise da tese de excesso na execução. ([Clique aqui](#)).

5. INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Informativo 649 – STJ – É possível a inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

Informativo 650 – STJ – O recurso cabível contra decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, é o agravo de instrumento. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

Informativo 650 – STJ – O mandado de segurança deverá ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada pelo *mandamus*. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#)).

6. NOTÍCIAS TJ/MT

Adolescentes em conflito com a lei participam de direito sistêmico

Tensões, verdades e lembranças dolorosas são revividas em meio às sessões de Constelação Familiar que estão sendo aplicadas para cerca de 40 famílias de adolescentes que transgrediram a lei. Os encontros estão sendo desenvolvidos no Centro Judicial de Solução de Conflitos (Cejusc) da Vara da Infância e Juventude de Cuiabá e tenta recuperar, ou mesmo minimizar, os conflitos advindos da falta de estrutura familiar. Para acessar a matéria na íntegra [clique aqui](#).

Pais fazem exames de DNA gratuitamente para reconhecer seus filhos em mutirão do Judiciário

Com a certeza de que é um direito do filho saber quem são seus pais e ter a filiação paterna impressa em seu registro de nascimento é que a Comarca de Várzea Grande realizou o mutirão Pai Presente. O evento, ocorrido no dia 17 de agosto, no próprio Fórum, teve como objetivo oferecer a



oportunidade dos pais reconhecerem seus filhos espontaneamente ou, para quem tinha dúvidas, fazer o exame de DNA, que estava sendo ofertado gratuitamente. Para acessar a matéria na íntegra, [clique aqui](#).

Justiça de MT concede ao pai guarda provisória de bebê indígena resgatada após ser enterrada viva

Recém-nascida foi enterrada pela bisavó, no quintal da casa onde família morava. Caso foi registrado em Canarana há pouco mais de um ano. A Justiça de Mato Grosso concedeu ao pai, que é índio de outra etnia, a guarda provisória da bebê indígena que foi enterrada viva pela bisavó, em junho do ano passado, em Canarana. A decisão do dia 13 de junho foi confirmada pelo Ministério Público Estadual (MPE). Leia mais [clikando aqui](#).

TJ-MT: Mais facilidade. Menores poderão viajar apenas com autorização dos pais ou responsáveis

Para tornar a vida dos cidadãos mais fácil, o Poder Judiciário de Mato Grosso está simplificando alguns procedimentos, como a autorização para viagens de crianças e adolescentes. A partir de agora, em todo Estado, a autorização pode ser feita diretamente pelos pais, sem a necessidade de recorrer ao Judiciário.

O Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça deixou o procedimento muito mais fácil. Para viagem nacional, basta apenas a autorização expressa dos pais ou responsável, por escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida em cartório. Antes era preciso que a autorização fosse expedida por um juiz de direito. Para acessar o Provimento, clique [aqui](#).

TJ-MT: Decisão asseverando obrigação de escola particular de assegurar acompanhante individual e cumprir legislação relativa à inclusão. Para ter acesso à decisão, clique [aqui](#).

7. NOTÍCIAS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ-SP

Bullying

Estudante que sofreu bullying será indenizada por mães de alunas. Decisão é da 4ª câmara de Direito Privado do TJ/SP, que negou provimento a recursos e manteve sentença que condenou as rés à reparação por danos morais e ao ressarcimento do valor referente à sessão de terapia pela qual a autora precisou passar por causa do bullying. Leia mais clicando [aqui](#). Confira a [íntegra do acórdão](#).

Responsabilidade Civil

Hospital indenizará pais de bebê que morreu após demora na transferência para UTI.

A 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão de primeiro grau que condenou um hospital a indenizar os pais de um bebê que morreu devido à demora na transferência para UTI. A reparação a título de danos morais foi fixada em R\$ 20 mil. Para acessar a íntegra da matéria [clique aqui](#).

Vacinação

Pais não podem deixar de vacinar uma criança por liberdade filosófica ou religiosa, pois esse direito não têm caráter absoluto quando atinge terceiros.

Assim entendeu o TJ-SP ao obrigar um casal a regularizar a vacinação do filho de três anos.

Caso a decisão não seja cumprida em até 30 dias, o Conselho Tutelar deverá fazer busca e apreensão da criança para garantir a imunização.

“A tutela da saúde da criança tem prioridade absoluta no que diz respeito à proteção dos interesses do menor, prevalecendo sobre interesses particulares ou decorrentes de posições ideológicas próprias dos genitores”, afirmou o relator, desembargador Fernando Torres Garcia. ([Clique aqui](#)).



Mãe em Cárcere

TJ/SP determina que bebê fique com mãe presa até seis meses de idade.

O desembargador Issa Ahmed, do TJ/SP, suspendeu decisão que determinava acolhimento institucional de um bebê com poucos dias de vida, cuja mãe está sob prisão provisória. O magistrado determinou que a filha fique com a mãe até os seis meses de vida, no estabelecimento prisional, levando em conta a importância do aleitamento materno e da convivência familiar.

[\(Clique aqui\)](#)

TJ-DFT

Isolamento de filho menor em local insalubre caracteriza cárcere privado

A 1ª Turma Criminal do TJDFDT manteve condenação de pai pelo crime de cárcere privado por ter deixado as filhas menores trancadas em quitinete em condições insalubre, sem ir para a escola, com intuito de evitar que elas tivessem contato com a mãe. Confira a matéria na íntegra [clique aqui](#).

TJ-GO

Justiça de Goiás autoriza mudança de nome de adolescente trans menor de 18 anos

A Justiça de Goiás determinou a alteração de nome no Registro Civil de um adolescente de 16 anos. Após iniciar sua transição de gênero, no final de 2017, a parte requerente disse que tornou-se indispensável para o jovem a mudança de seu nome de registro feminino para masculino, a fim de evitar constrangimentos e garantir a valorização de sua identidade. A decisão judicial ocorreu em primeira instância. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).

TJ-RO

Justiça cria núcleo especial para ouvir crianças e adolescentes em processos judiciais

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) criou o Núcleo Institucional Humanizado de Oitivas (Ninho), na última sexta (26). O Ninho é a efetivação da escuta especializada e do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



A iniciativa prevê salas específicas para oitivas videogravadas, que serão realizadas em ambiente separado das salas de audiência. O depoimento será transmitido em tempo real às varas criminais solicitantes, por meio de sistema de videoconferência. Esse depoimento vai auxiliar os juízes na coleta de provas testemunhais ou em antecipação de provas nos casos em que crianças e adolescentes forem vítimas ou testemunhas de violência. Para ler mais, [clique aqui](#).

TRF 1ª Região

Mãe não pode ser responsabilizada por pichação de filho relativamente incapaz

O TRF-1 decidiu negar provimento à apelação do Ibama contra a sentença, do Juízo da 19ª Vara da Seção Judiciária da Seção Judiciária de Minas Gerais, que decidiu acatar o pedido para declarar a nulidade do auto de infração lavrado em razão do filho da autora, relativamente incapaz (menor entre 16 e 18 anos, segundo o Código Civil), ter pichado o muro de uma escola municipal. ([Clique aqui](#)).

8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

CNJ – Curso forma 11,4 mil para prevenir casos de alienação parental

Na semana em que a Lei de Alienação Parental completa nove anos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) comemora a marca de 11.436 pessoas formadas na Oficina de Pais e Mães, uma iniciativa para ensinar formas mais saudáveis de abordar a experiência da separação e evitar que o episódio não resulte em novos litígios judiciais. Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ – Pedidos urgentes de remédios à Justiça passarão por análise de médicos

Um grupo de médicos vai começar a avaliar pedidos de familiares que recorrerem ao Poder Judiciário para salvar algum ente querido em risco de morte. O respaldo médico habilitará juízes a tomar decisões sobre emergências médicas que dependem do fornecimento de um medicamento ou da realização de uma cirurgia, por exemplo, com mais celeridade e segurança. Para ler mais, [clique aqui](#).



CNJ – Plenário aprova criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, durante sua 294ª sessão ordinária, nesta terça-feira (6/8), minuta de resolução que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, a plataforma vai consolidar os dados fornecidos pelos tribunais, aprimorando os bancos de dados, cadastros e sistemas referentes à adoção e acolhimento de crianças e adolescentes. O SNA deve ser lançado oficialmente em 15 de agosto. Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ – Define novas regras para reconhecer filiação socioafetiva em cartório

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, assinou ato que autoriza o reconhecimento voluntário em cartório da filiação socioafetiva de pessoas com mais de 12 anos. Antes, esse reconhecimento era autorizado para qualquer idade. Para ler mais, clique [aqui](#).

CNJ – Fórum da Infância e da Juventude discute condição das pessoas intersexo

Homens incapazes de produzir espermatozoides, adolescentes meninos que passam a sentir cólicas e menstruam, bebês masculinos registrados com nomes femininos. Esses são casos de pessoas que nasceram com genitália atípica, foram submetidas quando bebês a cirurgias reparadoras e que descobriram, posteriormente, serem de sexo distinto do qual foram registrados. Para ler mais, clique [aqui](#).

9. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

CIJ/CNMP inicia debate sobre os meios alternativos de solução de conflitos na infância e na juventude

Meios alternativos de solução de conflitos com ênfase na infância e juventude. Esse é o tema do evento promovido pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP) que começou na tarde desta segunda-feira, 20 de agosto, e prossegue até amanhã, dia 21, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília. Para acessar a íntegra da matéria, clique [aqui](#).



Guia do CNMP traz orientações para promover acesso de jovens em condições de vulnerabilidade a programas de aprendizagem

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão da Infância e Juventude (CIJ), disponibiliza eletronicamente, nesta segunda-feira, 19 de agosto, o Guia de Atuação do Ministério Público – Orientações para a promoção do acesso de jovens e adolescentes em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional, que foi lançado no dia 20 de agosto durante o evento Meios Alternativos de Solução de Conflitos, com ênfase em Infância e Juventude, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília-DF. Para acessar a íntegra da matéria, clique [aqui](#). Para acessar o Guia, clique [aqui](#).

CNMP compila dados inéditos sobre o atendimento socioeducativo no Brasil

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recebeu um relatório preliminar com dados sobre o atendimento socioeducativo no Brasil. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 13 de agosto, durante a 11ª Sessão Ordinária de 2019, pelo conselheiro Leonardo Accioly, presidente da Comissão da Infância e Juventude (CIJ), que é responsável pela elaboração do trabalho.

Após o recebimento de informações por gestores estaduais e distrital, o GT Sinase CNMP, grupo de trabalho instituído no âmbito da CIJ/CNMP para monitorar a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo do Brasil, compilou os dados, transformando-os em um detalhado diagnóstico. Para acessar a íntegra da matéria, clique [aqui](#).

10. ARTIGOS

“Primeiras Impressões Sobre o Provimento 83 do CNJ – Filiação Socioafetiva -”, escrito por Érica Barbosa e Silva, mestre e doutora em Direito Processual pela USP. Professora convidada em cursos de pós-graduação lato sensu. Pesquisadora. Membro do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Conciliadora. Oficiala de Registro Civil em São Paulo – SP. ([Clique aqui](#)).

“O provimento 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça e o novo tratamento do reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva”, escrito por Flávio Tartuce. ([Clique aqui](#)).



“A convocação dos demais responsáveis pela obrigação de alimentos familiares”, escrito por Flávio Tartuce. ([Clique aqui](#)).

“Guarda compartilhada: o filho não é de um nem de outro, é de ambos”, escrito por Rodrigo da Cunha Pereira é advogado e presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), mestre (UFMG) e doutor (UFPR) em Direito Civil e autor de livros sobre Direito de Família e Psicanálise. ([Clique aqui](#)).

“Famílias ectogenéticas e o contrato de geração de filhos”, escrito por Rodrigo da Cunha Pereira. ([Clique aqui](#)).

“O prazo para pagamento previsto no artigo 523 do CPC/2015 deve ser contado em dias úteis ou corridos?”, escrito por Rogério Mollica. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“Implantação da Justiça Restaurativa no Brasil exige reflexão pragmática”, escrito por Larissa Pinho de Alencar Lima é Juíza de Direito, mestre em Educação e doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“A Obesidade Infantil em Alta”, escrito por Rizzatto Nunes. Leia o artigo [clitando aqui](#).

“Mãe de Bebê Prematuro Tem Direito a Prorrogação Da Licença-Maternidade”, escrito por Diogo Póvoa e Ana Luíza Mendonça. ([Clique aqui](#)).

“A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente”, escrito por Beni Lara de Moraes Cassettari. ([Clique aqui](#)).

“O ato de indisciplina: como proceder”, escrito por Murillo José Digiácomo. ([Clique aqui](#)).

“A autonomia dos pais e a vacinação dos filhos”, escrito por Eudes Quintino de Oliveira Júnior. ([Clique aqui](#)).



“E o Amor Juvenil?”, escrito por Maria Berenice Dias. ([Clique aqui](#)).

“Multiparentalidade e Paternidade Socioafetiva: Breves Apontamentos à Luz da Doutrina Civilista e da Jurisprudência Brasileira”, escrito por Alexs Gonçalves Coelho e Vinícius Pinheiro Marques. Para ter acesso ao artigo [clique aqui](#).

“Divórcio entre pais e filhos”, escrito por Daniel Ferreira de Lira e Dimitre Braga Soares de Carvalho. ([Clique aqui](#)).

“Comentários sobre os reflexos do RESp1.608.005/SC no contexto da reprodução assistida e multiparentalidade”, escrito por Fábio Antônio Correia Filgueira Filho. ([Clique aqui](#)).

“Paternidade incerta”, escrito por Eudes Quintino de Oliveira Júnior. ([Clique aqui](#)).

“Mediação de família: aplicabilidade e benefícios - Da solução da lide e a preservação dos vínculos familiares”, escrito por Pedro S. F. Martins e Camilla Arruda. ([Clique aqui](#)).

“A convocação dos demais responsáveis pela obrigação de alimentos familiares”, escrito por Flávio Tartuce. ([Clique aqui](#)).

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial